

O Sinpro é da categoria

Jornal do Professor

SinproRio

www.sinpro-rio.org.br

Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região
Ano 56 • nº 227 • Agosto, Setembro e Outubro 2015
Filiado à CONTEE • CUT • FETEERJ

O SINDICATO VOLTA ÀS RUAS



Atos aconteceram em todas as regiões do Rio de Janeiro

O Sinpro-Rio retoma sua direção de diálogo com a sociedade e reivindicação dos direitos da categoria e, quando necessário, de endurecimento do discurso e da postura com o patronato.

Ao longo deste jornal, você vai ver que o seu Sindicato ganhou ações na

Justiça, realizou mais de 15 Atos Públicos sobre a Educação Básica, participou ativamente das negociações sobre questões trabalhistas em diversas Instituições de Ensino Superior (IES) e fechou reajuste salarial da Educação Básica e da Base Estendida em 9%.

Páginas 04 e 05

Atos no Ibeu foram importantes para superar dificuldades na negociação

Diretores do Sinpro-Rio estiveram, nos dias 17, 18 e 20 de junho, realizando pacíficos atos públicos nas portas das unidades de Copacabana, Tijuca, Botafogo e Madureira do Instituto Brasil – Estados Unidos (IBEU).

Página 07



Sinpro-Rio atuou em defesa dos professores do IBEU

Assembleia elege delegados ao Congresso da CUT

Em clima de participação e unidade, a assembleia do Sinpro-Rio para a eleição de delegados ao Congresso Estadual da CUT-RJ ocorreu no dia 29 de junho, às 18h30, no auditório da sede Centro.

Leia mais na página 07

Veja aqui a versão online do Jornal do Professor:



É só posicionar o celular sobre o QR Code. Ou acesse o site www.sinpro-rio.org.br

Artigo Em defesa da Sociologia no Ensino Médio

Por Lejune Mirhan
Página 02

Sindical Acordos: SESI, CIEM/IBER, Aliança Francesa e Cultura Inglesa

Páginas 03

Programação Da Escola Do Professor E Sindtour

Páginas 08

FILIADO À

FETEERJ

contee

CUT BRASIL

ARTIGO

Em defesa da Sociologia no Ensino Médio

Lejeune Mirhan *

Não pretendo contar neste espaço toda a história da luta pela obrigatoriedade do ensino de nossa ciência, a Sociologia, nas escolas de Ensino Médio no Brasil. Mas ela é mais que centenária. Ela vem de 1870, quando o jurista Rui Barbosa propôs que a disciplina chamada Direito Natural, ministrada de forma obrigatória em todos os cursos jurídicos no país, fosse substituída pela disciplina Elementos de Sociologia. Isso valeria também para as escolas secundárias, cursos de formação de professores e as escolas militares no Brasil.

Vou me ater ao período mais recente de nossa história. Desde a LDB de 20 de dezembro de 1996 até a promulgação da nova Lei nº 11.684 de 2 de junho de 2008, que garantiu a obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia (S&F).

Como sabemos, o artigo 37 da primeira Lei de 1996 mencionava que os egressos do Ensino Médio “deveriam demonstrar conhecimentos de S&F”. Para que alguém demonstre conhecimento de algo, tem que estudar esse tema na forma de aulas etc. No entanto, a interpretação neoliberal do governo FHC dizia que esse conhecimento poderia ocorrer de forma “transversal”, ou seja, ministrado por professores de outras disciplinas.

Tivemos dois momentos ní-



Professor Lejeune Mirhan

tidos nesses 11 anos de história de luta pela obrigatoriedade. Seria preciso mudar a redação do artigo 37 para que não houvesse dúvidas. A primeira iniciativa, veio do deputado Padre Roque, do PT do Paraná, já em 1997. Essa proposta tramitou quatro anos e finalmente teve aprovação por unanimidade na Câmara dos Deputados e no Senado por 40 a 20. Em outubro de 2001, o então presidente-sociólogo decidiu vetar a Lei. Uma imensa decepção a tod@s que lutaram.

O segundo momento só foi possível quando da posse do presidente Lula. Ele começa em 2003 e desta vez veio por iniciativa de um deputado socialista do PSB do Estado do Maranhão, médico por formação, Dr. Ribamar Alves, hoje prefeito de Santa Inês. Precisamos de cinco anos para aprovar a mudança. As coisas nunca são fáceis quando se diz respeito a tudo que se relaciona com ampliar a consciência de

cidadania dos nossos milhões de jovens.

O Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo, da qual fui diretor nesse período e presidente na fase final da aprovação da Lei, esteve na linha de frente da luta pela obrigatoriedade. Um manifesto assinado por 900 entidades, foi lançado e era encabeçado pela CNBB, OAB, UNE, UBES, CONTEE, CNTE, ABI e as três centrais sindicais existentes na época.

Jogou papel decisivo o então ministro Fernando Haddad hoje prefeito de São Paulo. Tivemos com ele sete audiências, além de reuniões com membros do CNE etc. Havia uma clara orientação do governo no sentido de aprovar a nova proposta. E sua redação ficou clara: “fica obrigatório o ensino de S&F em todas as séries das escolas de Ensino Médio no Brasil”.

Finalmente, após aprovação

por unanimidade na Câmara e no Senado, ela foi à sanção presidencial. O presidente Lula encontrava-se no exterior e foi José Alencar que sancionou. Dizíamos à época que o “governo de um sociólogo vetou e o de um metalúrgico sancionou a obrigatoriedade da S&F”.

No entanto, restam imensos desafios desde 2009 quando a Lei começou a ser cumprida. Hoje, debatemos ainda uma proposta unificada de currículo nacional; travamos lutas pela valorização das licenciaturas e do trabalho docente; debatemos a carga horária que devemos ter nas três séries e quem pode lecionar na falta de um professor de Sociologia; temos poucos livros didáticos ainda.

Por fim, quero dizer que existem ainda ameaças à continuidade da obrigatoriedade. E por incrível que pareça vem do mesmo MEC que orientou pela aprovação. Fala-se em retirar novamente S&F com os mesmos e surrados argumentos da tal “área de conhecimento”. Estamos desde já nos preparando para fazer a defesa da obrigatoriedade e para isso vamos voltar a nos articular com as entidades de professores do setor privado e público de ensino.

* Sociólogo professor universitário, escritor e analista internacional especializado em Mundo Árabe. É colaborador da revista Sociologia da editora Escala e tem dez livros publicados.

EDITORIAL

Em defesa da democracia, contra o golpe e a retirada de direitos*

Os royalties do petróleo são da educação!

No atual momento de crise econômica e política que vive o país, reafirmamos nosso compromisso inegociável com a democracia e com suas instituições e de respeito ao processo eleitoral. Não vamos aceitar que a histórica falta de apreço das elites nacionais pela soberania popular e sua indisfarçável predileção pelo golpe venham a comprometer nossa jovem e ainda incompleta democracia.

Entendemos que acima das divergências políticas devem prevalecer a ordem constitucional e a normalidade democrática. Os persistentes vícios e distorções do nosso sistema político devem ser enfrentados através de uma ampla e democrática reforma política que amplie e estimule a participação social, reforçando, dessa forma, a própria soberania popular – elemento fundante e estruturador da democracia e da república brasileira. Defendemos um modelo

de desenvolvimento que promova o crescimento econômico com inclusão social, proteja o emprego e a renda, preserve e amplie os direitos dos/as trabalhadores/as.

A Lei 12.858/2013, que destina 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação, foi uma vitória para os trabalhadores em educação, para todos aqueles que defendem uma educação pública de qualidade e para a sociedade brasileira em geral.

A educação de qualidade para todos/as os/as brasileiros/as é condição fundamental para que possamos construir uma sociedade mais justa, democrática e menos desigual. O Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado e sancionado em 2014, deve nortear os rumos da educação em nosso país nos próximos dez anos e tem como uma de suas metas mais fundamentais a que eleva para 10% do PIB o montante do investimento

em educação.

O PNE prevê universalizar as matrículas escolares, aumentar a oferta de escolas de tempo integral, equiparar a remuneração média dos professores com outras categoriais de mesma escolaridade, implementar o piso salarial e garantir planos de carreira para todos os profissionais da educação, regulamentar o Sistema Nacional e o Custo Aluno Qualidade. Os recursos oriundos dos royalties do petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal são imprescindíveis para que esses objetivos sejam alcançados.

O PLS 131/2015, proposto pelo senador José Serra (PSDB-SP), quer acabar com a participação obrigatória da Petrobras na exploração das jazidas de petróleo e gás natural da camada do Pré-sal – apenas a título de exemplo, caso a Petrobras não fosse a operadora em Libra, a perda do Fundo Social seria da ordem de R\$ 100 bilhões; as áreas

de educação e saúde perderiam R\$ 50 bilhões.

Trata-se também de reforçarmos a defesa da Petrobras para que a empresa supere o atual cenário de instabilidade que combina denúncias de corrupção com ataques especulativos e retome o quanto antes seu plano de investimento original na camada Pré-Sal, com vistas a manter a perspectiva de auto-suficiência do país em hidrocarbonetos e garantir uma maior arrecadação de tributos pelos governos das três esferas administrativas.

Em defesa da democracia!

Contra a retirada de direitos da classe trabalhadora!

Em defesa da Lei do Piso!

Contra o parcelamento e os atrasos de salários dos trabalhadores em educação!

Em defesa dos royalties do petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal!

**Manifesto da CNTE*

Acordos: negociações por instituições, para atender interesses diferenciados

SESI: vigência de um ano e reajuste salarial de 8,5%

Vigente até 29 de fevereiro de 2016, o Acordo com o SESI abrange os supervisores, pedagogos, orientadores educacionais, coordenadores de ensino, chefes do setor de Educação, pesquisadores e demais profissionais contratados para efetiva função docente.

A partir de 1º de março, os “professores I” receberam reajuste de 7,7%, sobre salário de fevereiro, para professores com carga horária de 20 horas semanais, totalizando um piso de R\$ 1.651,65. Já em 1º setembro, incidirá um reajuste complementar, perfazendo um total de 8,5%, aumentando o piso para R\$ 1.663,92. Já os “professores II” terão piso, a partir de 1º de março, de R\$28,35 o salário-aula e, a partir de 1º de setembro, de R\$28,56.

Ciem/Iber: acordo bianual e reajuste, em 2015, de 8,5%

No salário de abril de 2015, os docentes tiveram reajuste de 7% incidente sobre o salário de março de 2015; e, no salário de outubro, o Ciem aplicará mais 1,5%, totalizando 8,5%, incidente sobre o salário de 31 de março de 2015.

Já em abril de 2016, o salário será corrigido pelo INPC verificado no período de 1º de abril de 2015 até 31 de março de 2016, incidindo sobre os salários devidos em 31 de março de 2016. O Acordo previu também que, docentes e a instituição negociarão, a partir de abril de 2016, um aumento de salário para pagamento a partir de abril de 2016.

Aliança Francesa: reajuste de 8,42%

O salário dos professores foi corrigido, em 1º de abril, pelo percentual de 8% sobre o salário legal de abril de 2014. Já em outubro, o salário dos professores receberá complemento de 0,42%, também sobre o salário de abril de 2014, totalizando 8,42% de reajuste.

Sendo assim, os salários passam a:

Categoria “A” - R\$ 35,82 por hora;

Categoria “B” - R\$ 39,33 por hora;

Categoria “C” - R\$ 44,78 por hora; e,

Categoria “D” - R\$ 45,42 por hora.

Cultura Inglesa: reajuste de 8,42%

Os professores da Cultura Inglesa, sem incluir o repouso semanal remunerado, receberam nos denominados “níveis salariais mínimos”, a partir de 1º de abril de 2015, o seguinte salário-aula:

Nível A – R\$ 25,58;

Nível B – R\$ 29,64;

Nível 1 – R\$ 32,65;

Nível 2 – R\$ 37,84;

Nível 3 – R\$ 41,67;

Senior Teacher A – R\$ 45,99;

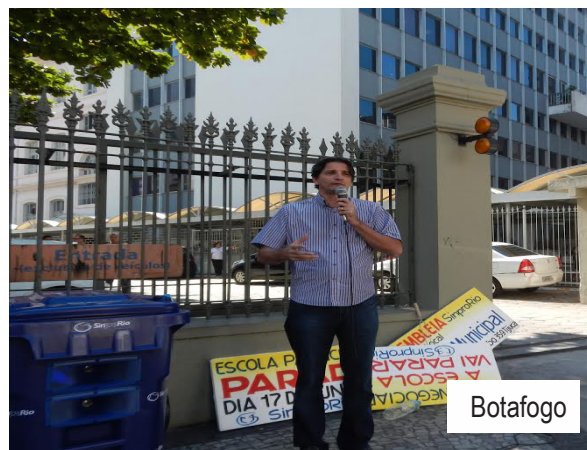
Senior Teacher B – R\$ 50,73

Senior Teacher C – R\$ 55,88.

EDUCAÇÃO BÁSICA

Educação Básica terá

Paritárias específicas e avanço na mentalidade negocial



Botafogo



Gávea



Largo do Bicão



Grajaú



Vila Isabel

Após sete assembleias da categoria e inúmeras paritárias, os professores da Educação Básica deliberaram, na assembleia do dia 13 de junho, por aceitarem a proposta de reajuste de 8,5% sobre salário de março, a partir de abril, e mais 0,5% em outubro, totalizando um aumento salarial de 9% para os professores em 2015. O salário de outubro também será a base para o cálculo do 13º salário e do terço de férias.

Não foi fácil chegar a esse percentual. O reajuste foi aprovado em assembleia por ampla maioria de votos e após consultas em diversas escolas. A conjuntura econômica dificultou e endureceu bastante o andamento das negociações com o patronato, não só para o Sinpro-Rio, mas também em diversas regiões do país e mesmo alguns sindicatos combativos tiveram reajustes diferentes do nosso. O Sinpro Itajaí obteve 8% para a Educação Básica e o Sinpro-RS alcançou 7,68%, com o compromisso da redução da diferença entre os salários dos docentes da educação infantil/anos iniciais do ensino fundamental e os valores hora-aula dos professores dos anos finais do ensino fundamental em 20%, até janeiro de 2016; um passo a mais em direção à equiparação salarial. No Rio de Janeiro, essa meta é alvo de paritárias específicas e árdua luta do Sindicato, há anos.

O Sinpro-Rio realizará ainda novas assembleias, para tratar dos assuntos abordados nas paritárias específicas. Acompanhe pelo portal e redes sociais do Sindicato as novas datas.

Atos Públicos – O sindicato nas ruas

O diálogo com a sociedade e com a comunidade escolar foi intenso nessa campanha e marcou a volta do Sindicato à consulta das bases. Estivemos nas portas de diversas escolas, em dez pontos estratégicos da cidade do Rio, que possuem muitas escolas no entorno, onde panfletamos e pudemos ouvir da categoria suas reais necessidades.

Nos Atos Públicos de mobilização e conscientização, a diretoria denunciou a intransigência patronal em relação à negociação salarial da categoria, recusando-se a pagar o reajuste de 13%, reivindicado inicialmente pelos/as docentes, oferecendo apenas a reposição do INPC, de 8,5%. Os diretores também ressaltaram a mentira, amplamente divulgada, de que os professores das escolas privadas ganhariam melhores salários do que os da rede pública de ensino, além de apontarem os problemas diários sofridos pelos professores/as, como assédio moral e acúmulo de funções.

Os Atos divulgaram também as assembleias da categoria, que aconteceram no Club Municipal, na Tijuca.

EDUCAÇÃO BÁSICA

reajuste de 9% em 2015

também são marcos desta Campanha Salarial



Largo do Machado



Largo da Segunda-Feira



Rocha Miranda



Humaitá

Calcule o seu salário!

Quem recebia salário de R\$ 1.000,00 em março de 2015, receberá, pelo novo acordo, R\$ 1.085 a partir de abril. Essa mesma pessoa, a partir de outubro, passará a receber R\$ 1.090. Para calcular o valor do seu salário, use a fórmula abaixo:

SALÁRIOS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2015:

ABRIL / 2015 = MARÇO/2014 X 1.085

OUTUBRO/2015 = MARÇO/2014 X 1.09

Ouçá a Rádio Sinpro
Todas as segundas de 14 às 16 horas
Sábados das 16 às 18 horas

PISO SALARIAL 2015 EDUCAÇÃO BÁSICA

A PARTIR DE ABRIL / 2015
Reajuste de 8,5% sobre salário de março/2015

EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
PERÍODO	SALÁRIO	SALÁRIO-BASE + REPOUSO
4h	1.033,50	885,50 + 147,33
4h e meia	1.162,68	996,58 + 166,10
5h	1.291,89	1.107,31 + 184,58
Hora-aula	11,48	9,83 + 1,65

DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL AO ENSINO MÉDIO		
Nº DE ALUNOS	SALÁRIO-AULA	SALÁRIO-BASE + REPOUSO
Até 35	16,37	14,03 + 2,34
Acima de 35	17,47	14,97 + 2,50

A PARTIR DE OUTUBRO / 2015
Reajuste de 9,0% sobre salário de março/2015

EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
PERÍODO	SALÁRIO	SALÁRIO-BASE + REPOUSO
4h	1.038,26	889,93 + 148,33
4h e meia	1.168,04	1.001,18 + 166,86
5h	1.297,84	1.112,41 + 185,43
Hora-aula	11,53	9,88 + 1,65

DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL AO ENSINO MÉDIO		
Nº DE ALUNOS	SALÁRIO-AULA	SALÁRIO-BASE + REPOUSO
Até 35	16,44	14,09 + 2,35
Acima de 35	17,55	15,04 + 2,51

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Professores da Educação Superior aprovam a Convenção Coletiva de 2015

Reunidos em assembleia na noite de 10 de agosto, no auditório do Sinpro-Rio, os professores da Educação Superior aprovaram a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) de 2015, com:

- reajuste de 8,5% - sendo 6% em abril/2015, sobre o salário recebido no mês de março/2015 e 2,5% em outubro sobre o salário de março de 2015.
- abono de 10% em outubro;
- manutenção de todas as cláusulas sociais.

Até a finalização dessa edição, não tivemos o retorno, por parte do patronato, sobre o fechamento e assinatura da Convenção Coletiva de 2015.

Assembleia de professores da Candido Mendes suspende a greve e repudia demissões



Em assembleia realizada no dia 10/8, na rua da Assembléia, 10, 5º andar, auditório, os professores da Ucam, reunidos, decidiram suspender temporariamente a greve que já durava mais de 50 dias, manter o estado de greve e convocar nova assembleia para o dia 15 de setembro, às 12:30 horas, para o mesmo lugar. Ao final, os professores aprovaram uma moção de repúdio contra as demissões arbitrárias promovidas pela mantenedora.

Ação contra a Fama garante pagamento dos direitos trabalhistas e indenização por dano moral

O Sinpro-Rio ajuizou ação trabalhista coletiva contra a Fama – Associação Educacional Machado de Assis e a Faculdade União Araruama de Ensino, em julho de 2014, pedindo a condenação das instituições ao pagamento dos salários de janeiro a março de 2014, o 13º salário de 2013, as diferenças de FGTS e a indenização por dano moral causado pela instabilidade financeira decorrente da ausência da quitação dos salários.

A 51ª Vara do Trabalho condenou as Instituições ao pagamento dos salários atrasados, do 13º salário

de 2013 e do FGTS vencido. Em relação ao FGTS que está por vencer, a sentença determinou o seu recolhimento no prazo legal, tendo arbitrado multa diária de R\$ 30,00 por trabalhador, em caso de atraso no depósito.

O Sindicato recorreu do indeferimento da indenização pelos danos morais causados aos professores e o TRT-RJ condenou as instituições ao pagamento de indenização em razão dos danos morais causados aos professores, em valor equivalente a um salário para cada ano de serviço, limitado a três salários.

Sinpro-Rio realiza II Seminário Interno da Diretoria, nos dias 31 de Julho e 01 de Agosto



O Sinpro-Rio realizou, nos dias 31 de julho e 1º de agosto, o seu II Seminário Interno da Diretoria (SID), com o objetivo de fazer um balanço do primeiro ano de gestão e preparar suas ações para os dois próximos anos.

Na sexta, 31 de julho, foram debatidas as propostas de mudança estatutária do Sindicato, compromisso assumido durante o processo eleitoral, e os planos de trabalho

para os departamentos Jurídico e de Comunicação, entre outros. Já no sábado, dia 1º, foi abordado o planejamento financeiro da entidade, com destaque para os esforços da atual gestão em equacionar a dívida de cerca de R\$ 6,5 milhões, deixada pela diretoria passada.

Uma campanha para novas filiações foi aprovada, além de ações voltadas para a dinamização do Sinpro-Rio.

NOTÍCIAS

Assembleia para eleição de delegados ao Cecut e Concut aponta para unidade da CUT-RJ

Em clima de participação e unidade, a assembleia do Sinpro-Rio para a eleição de delegados ao Congresso Estadual da CUT-RJ ocorreu no dia 29 de junho, às 18h30, no auditório da sede Centro.

Os debates apontaram para a unidade da CUT-RJ, para que a Central rume forte na defesa dos interesses dos trabalhadores, independência em relação aos governos, mobilização contra a pauta conservadora do Congresso Nacional e defesa de uma política econômica que garanta as conquistas dos trabalhadores e o desenvolvimento socioeconômico do país.



Fotos: Arquivo Sinpro-Rio

Assembleia aponta para unidade da CUT-RJ

Atos no IBEU foram importantes para superar as dificuldades na negociação salarial



O IBEU da Tijuca foi uma das unidades onde houve ato.

Após longo e difícil processo que envolveu incontáveis paritárias e uma mediação, professores do IBEU, reunidos em assembleia, aprovaram no dia 14/08 a proposta apresentada pela instituição.

Esta conquista representa uma grande vitória da categoria, defendida ferrenhamente pelo Sinpro-Rio. Importante lembrar que a proposta inicial do Ibeu, apresentada em abril, era de um reajuste escalonado entre os vários níveis dos professores, variando de zero a cem por cento sobre o INPC de fevereiro, e não o de março, como deve ser para quem tem data-base em abril. A alegação era que este reajuste escalonado havia sido proposto aos funcionários administrativos, e que todos o haviam aceitado. A proposta inicial também previa a retirada de vários direitos constantes do acordo: previa empurrar o horário inicial para pagamento do adicional noturno para as 20h30, deixando com isso de fora a esmagadora maioria de profissionais

que trabalham no horário nobre do Ibeu, no qual temos o maior número de turmas e de alunos durante a semana; previa a limitação do número de tíquetes-refeição, prejudicando alguns colegas que, hoje, trabalham nos três turnos; previa a exclusão de gerentes e coordenadores da abrangência do acordo, sob a alegação de que não exerciam a função de professores. Subjacente a tudo isso, havia um desejo expresso veladamente de desconstruir o nosso acordo, fruto de muitos anos de lutas e conquistas. Além disso, não consideraram a pauta da categoria enviada à instituição dizendo apenas um NÃO às demandas dos docentes. Os professores, ouvidos em assembleias, rejeitaram seguidamente as propostas e ofereceram contrapropostas que, por sua vez, eram rejeitadas pelo Ibeu. Uma delas foi aceitar um parcelamento do INPC e o não pagamento das diferenças, substituído por estabilidade para todos os colegas. O Ibeu foi taxativo: isso está fora de questão.

Em negociações anteriores, muitas demandas dos professores haviam sido rejeitadas com o argumento da isonomia: o Ibeu alegava que estendia as conquistas do pessoal acadêmico ao pessoal administrativo, e algumas reivindicações não caberiam no orçamento. A negociação deste ano provou que essa isonomia, na prática, não é tão parelha assim...

Diante da posição firme das assembleias em não aceitar propostas que lhes tirariam direitos, o sindicato foi às ruas denunciar os motivos ulteriores daquela negociação: esteve em diversas filiais, panfletando, conversando, esclarecendo. O Ibeu não cedia, e os professores mantinham-se firmes em defesa de seus direitos.

A mediação pedida pelo Ibeu e realizada pela Delegacia Regional do Trabalho teve duas rodadas, e o mediador, após ponderar longamente junto ao Ibeu, conseguiu a proposta que aprovamos: no salário de abril de 2015, os professores terão reajuste de 6% incidente sobre o salário de março de 2015; e, no salário de dezembro, o Ibeu aplicará mais 2,42%, totalizando 8,42%. A perda salarial de 2,42% nos oito meses de abril a novembro (8x 2,42= 19,36%) deverá ser quitada em duas parcelas iguais nos meses de fevereiro e março de 2016.

Até o fechamento dessa edição, o Acordo Salarial ainda não havia sido assinado. Professores, a luta continua.

11º Congresso da Feteerj: um avanço na luta dos trabalhadores



Um avanço na luta dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino no estado do Rio de Janeiro. Esse é o saldo do 11º Congresso da Feteerj, realizado nos dias 27 a 29 de março, em Miguel Pereira.

Com a presença de 120 delegados representando os 10 sindicatos filiados à Federação, o congresso contou, ainda, com a presença de convidados da CUT, da Contee, do Sinpro Teresópolis, do SAAE, deputados federal, estadual e vereador de Niterói.

No primeiro dia ocorreu a abertura, dirigida pelo presidente do Sinpro Petrópolis e diretor da Feteerj, Luiz Alberto Grossi e a aprovação do regimento do evento. No sábado pela manhã, com a coordenação do professor Robson Terra, do Sinpro Norte Noroeste Fluminense e da Feteerj, foram debatidas as conjunturas internacional, nacional e educacional, com a participação de cinco expositores. Na parte da tarde, os grupos de trabalho discutiram a Tese da Diretoria Colegiada. No domingo, em mesa dirigida pela professora Lygia Carreteiro, diretora do Sinpro Niterói e da Federação, foi aprovada a tese geral do congresso, o Plano de Lutas para o triênio 2015-2018 e eleita a nova Diretoria Colegiada da Feteerj.

NOTÍCIAS

SindTour leva professores/as a Fernando de Noronha e Natal/RN



Quinze pessoas, das quais dez eram professores/as, foram à Natal/ Fernando de Noronha, com o SindTour, atividade da Escola do Professor. A viagem foi realizada entre os dias 18 e 26 de julho, através da agência Festival Turismo e Eventos.

Em Natal, a Truck Receptivo acompanhou o grupo durante toda a estadia na cidade potiguar, com guias especializados, que fizeram relatos históricos sobre o Forte dos Reis Magos. Pontos culturais, como o Museu Câmara Cascudo, também foram explorados.

O grupo visitou o Mercado da Rendinha com seu artesanato e também o maior cajueiro do mundo, em Pirangi, há 15km de Ponta Negra. Ao longe, via-se o Morro do Careca, interditado à visitação. Um passeio de bugre nas famosas dunas fechou a visita à Natal.

De Natal, a viagem seguiu para Fernando de Noronha, no dia 20. O arquipélago pertencente ao estado de Pernambuco é formado por 21 ilhas, entretanto somente a principal é habitada.

As demais estão na área do Parque Nacional Marinho, só podendo ser visitadas com licença do IBAMA.

Sempre acompanhados pelos guias especializados, o grupo do SindTour participou de vários passeios, tanto históricos como culturais. A preservação da fauna marinha e do meio ambiente é a maior preocupação dos habitantes locais. Todas as noites, assistimos a palestras e vídeos sobre o projeto Tamar, sempre com o objetivo de conscientizar turistas e visitantes.

O grupo também entrou de barco na Baía dos golfinhos, fez trilhas e caminhadas históricas na ilha, visitou as praias de Sancho, do Cachorro, Boldró, Leão, Atalaia, Cacimba do Padre, Porto, Americanos, enseada da Caieira, entre outros. A dedicação e o carinho da sempre presente representante da agência, Elizabeth Ferraz, fez a diferença.

Para o 2º semestre de 2015, estamos propondo uma viagem ao Peru, no mês de janeiro de 2016. Acompanhe pelas redes sociais e portal do seu Sindicato!

PROGRAMAÇÃO DA ESCOLA DO PROFESSOR

Criação de textos literários - poemas, contos e crônicas

Terças-feiras, 11 de agosto a 8 de dezembro das 9h30 às 12h

Local: Sede-Centro

Objetivos: Despertar e exercitar a capacidade de escrever textos literários.

Marcus Vinicius Quiroga - Doutor em Literatura Brasileira, poeta, contista e ensaísta.

Técnicas em madeira e tecido aplicadas à decoração

Quartas-feiras, 12 de agosto a 25 de novembro das 14 às 16h30

Local: Sede-Centro

Conteúdos: Découpage, textura, arte francesa, pintura livre, marmorização, bauer, pintura em tecido.

Rosemarie Beck - Artesã e professora de arte.

Marxismo, o desenvolvimento da teoria no jovem e no velho Marx

Segundas-feiras, 24, 31 de agosto, 14, 21, 28 de setembro, 5, 19, 26 de outubro das 18h30 às 20h30

Local: Sede-Centro

Objetivos: Esclarecer as categorias filosóficas do pensamento marxista e situá-las histórica e filosoficamente.

Roberto Ponciano - Bacharel em Direito, Licenciado em Letras, Mestre em Filosofia/UGF com linha de pesquisa em Ética/Marx. Trabalha: FEUDUC (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Duque de Caxias) e Curso Multiplus.

Criação prática de histórias em quadrinhos - da ideia ao traço

Sábados, 29 de agosto, 5, 12, 19, 26 de setembro, 3 de outubro das 9 às 13h

Local: Sede-Centro

Objetivos: Despertar e exercitar a capacidade criativa e a exploração de ideias através da linguagem visual icônica dos quadrinhos no Brasil e no exterior

Carlos Arafatt (Carlos Alberto de Carvalho) - Bacharel em geografia/Uerj. Trabalha na rede estadual/municipal do Rio de Janeiro; Colecionador e pesquisador de HQ.

Carlos Patati (Carlos Eugênio Baptista) - Colecionador de HQ; Mestre em Comunicação Social /UFRJ com "A Dissertação do Morcego"; Roteirista, tradutor e pesquisador de HQ.

Fabio Silva Guimarães - Ilustrador, diagramador e roteirista; formado em História da Arte/Uerj. Atualmente desenha histórias em quadrinhos para o mercado americano.

Aprendizagem sócio afetiva um caminho para o fortalecimento emocional e a resiliência

Parceria - Associação Nacional de Dislexia /AND

Sábado, 29 de agosto das 9 às 12h

Local: Subsede Barra da Tijuca

Objetivos: O objetivo desta palestra é apresentar conceitos básicos sobre a educação sócio emocional e sua importância para o desenvolvimento cognitivo e sucesso acadêmico, assim como o que é a resiliência e como podemos fortalecer nossos alunos para o futuro.

Priscila Tenenbaum Tyszler - Mestre em Psicologia Social/ PPGPS/UERJ, trabalha no "Espaço Asa".

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Oswaldo Luis Cordeiro Teles

1º Vice-presidente
Afonso Celso Teixeira

2º Vice-presidente
Dilson Ribeiro da Silveira

1º Secretário
Marcelo Pereira

2º Secretário
João Jorge de Araújo Armênio

1º Tesoureiro
Antônio Rodrigues da Silva

2º Tesoureiro
Arnaldo Borba Júnior

Procurador

Elson Simões de Paiva
2ª Diretora do Jurídico
Fátima Rodrigues da Silva

Diretor de Organização Sindical
Helio de Oliveira Maia

1º Diretor de Comunicação
Marcio Franco Xavier Vieira

2ª Diretora de Comunicação
Marina Job V. de F. Espírito Santo

Diretora de Patrimônio
Leila dos Santos Azevedo

1ª Diretora de Educação e Cultura
Yara Maria Pereira

2ª Diretora de Educação e Cultura
Ana Cláudia de Souza Nogueira

CONSELHO FISCAL

Adalgisa Burity Silva
Fernando Luis Di Giorgio

João Paulo Câmara Chaves
Marcos Alexandre Souza Gomes
Ricardo Carvalho de Faria
Wellington Freitas da Silva

DIRETORIA PLENA

André Luiz de Azevedo
Andrea Cristina Teodoro
Antônio César Pereira
Carlos Alberto Absalão de Souza
Dayse Soares de Oliveira
Deyse de Souza Coutinho
Eliza Barbosa de Souza Estevão
Fábio Emídio Linhares de Souza
Fábio Rodrigo Conde
Fábio Tadeu de Macedo Santana
Glória Ramos
Gustavo Henrique Cornélio
Helcio França Alvim Filho
Ireni Felizardo
Ivan Guimarães Prouença
Jayram Saraiva Uchoa
José Carlos Madureira Siqueira

Laio Lopes
Luciano Wilser da Costa Zarur
Luis Augusto Borges Leão
Luiz Henrique Rodrigues
Bandeira
Marcelo Ferreira de Santanna
Márcio Antônio Guimarães
Aguar
Marco Túlio Paolino
Marcos Costa
Maria Marta de Andrade
Cerqueira
Mário Maturro Coutinho
Neide Hanan
Orlando Falsett Filho
Patrícia D. M. A. Pereira
Paulo Roberto Gentil Leal
Solange José Dias
Valdeci Borges
Valéria Cristina Rezende Lobo
Valéria de Albuquerque
Vânia Siciliano Aieta

O Jornal do Professor é uma publicação do Sinpro-Rio Órgão informativo do Sinpro-Rio. Distribuição Gratuita.

É permitida a reprodução total ou parcial de nossos artigos, desde que citada a fonte. Solicita-se também o envio de um exemplar da publicação, para arquivo.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Jornalista
Alessandra Novaes (MT RJ 22.321)

Redação
Bianca Argenta

Projeto gráfico e diagramação
Sinpro-Rio e José Roberto Medeiros do Nascimento

Impressão
3graf Gráfica e Editora
(Tiragem: 8.000)

SEDE CENTRO

Rua Pedro Lessa, 35 • 2º, 3º e 5º andares
Tel. (21) 3262-3400
e-mail: sinpro-rio@sinpro-rio.org.br

SUBSEDE • BARRA DA TIJUCA

Av. das Américas, 5.777 • salas 202 e 208 a 211
Tels. (21) 2438-2457 • 2438-4109
e-mail: barra@sinpro-rio.org.br

SUBSEDE • CAMPO GRANDE

Rua Manaf, 180
Tels. (21) 2415-4686 • 3402-1768
e-mail: campogrande@sinpro-rio.org.br



SinproRio
Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região